

ADELAIDE DUARTE E JOÃO SOUSA ANDRADE HISTERESE DA TAXA DE DESEMPREGO DE EQUILÍBRIO

JOÃO REBELO E VICTOR MENDES O USO DO FACTOR TRABALHO NO SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

MARTA SIMÕES A UTILIZAÇÃO DE DADOS SECCIONAIS, CRONOLÓGICOS E MISTOS NO ESTUDO DA CONVERGÊNCIA REAL NA UE

CARLOS CARREIRA ECONOMIAS DE ESCALA NAS TELECOMUNICAÇÕES CELULARES PORTUGUESAS

NUNO VALÉRIO HISTÓRIA E INCERTEZA

JOAQUIM FEIO HAVERÁ UMA «MICROECONOMIA DA DROGA»?

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



História e incerteza

Nuno Valério Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa

I — Introdução

Foi, naturalmente, para mim uma grande honra ter recebido o convite para vir aqui falar sobre a história no ensino da economia, neste ciclo ligado à comemoração dos vinte e cinco anos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Em primeiro lugar, pelo que isso significa de implícita expectativa positiva em relação ao que poderia ser a minha intervenção. Em segundo lugar, pela companhia nesse ciclo de uma série de ilustres professores, entre os quais estão alguns dos que mais marcaram, há muitos anos atrás, a minha formação como economista. Não posso deixar de agradecer aos órgãos de gestão da Faculdade essa honra, para além do acolhimento sempre excepcional a que já habituaram quem a visita.

Ao mesmo tempo, porém, foi esse convite, sobretudo depois de aceite, causa de alguma perplexidade. Na verdade, ao longo dos quase vinte e quatro anos que já dura a minha vida como professor da Universidade Técnica de Lisboa, sempre reconheci nos colegas desta Faculdade, e particularmente nos que trabalham na área da história, exemplos de rigor científico e académico. Seria possível trazer a este local algo de verdadeiramente novo e interessante? É claro que foi uma perplexidade que teve de ser subjectivamente vencida de alguma forma. Acabei por me decidir a expor-vos algumas ideias sobre o papel que a história pode desempenhar na formação e no trabalho dos economistas, em torno do tema 'história e incerteza'. Espero, naturalmente, que não dêem por totalmente mal gasto o tempo que ocuparão em prestar-lhes atenção.

O meu ponto de partida será a constatação, mais ou menos óbvia e que apresentarei sem qualquer explicação adicional, de que o estudante de economia está, em geral, preocupado com o presente e com o futuro e não com o passado que é correntemente suposto ser o objecto de estudo da história. A isso é possível contrapor que o objecto da história não é o passado, mas sim a evolução das sociedades humanas e, portanto, estudar história não é estudar o passado, é estudar a evolução de sociedades humanas. Naturalmente, as sociedades humanas cuja evolução é possível conhecer efectivamente são as do passado. Porém, ao estudar a evolução de sociedades humanas do passado, espera-se compreender, não só como elas evoluíram no passado, mas também como podem evoluir no futuro.

Para isso, isto é, para que o estudo da evolução de sociedades humanas do passado possa ajudar a compreender como elas podem vir a evoluir no futuro, parece-me, entretanto, que é preciso que aquele estudo sirva para chamar a atenção do economista em sentido lato, quer seja estudante de economia ou economista profissional, para três aspectos da dinâmica da vida social. O primeiro desses aspectos é o tempo e a existência de diferentes ritmos de transformação dos diversos elementos da vida social. O segundo desses aspectos é o espaço e a existência de diferentes regiões relevantes no funcionamento dos diversos domínios da vida social. O terceiro desses aspectos é a própria sociedade e a existência de uma complexa interacção entre os diversos elementos da vida social.

Mas o estudo da história pode não só servir para chamar a atenção do economista para estes três aspectos da dinâmica da vida social, como pode fazê-lo não apenas, nem sobretudo, através da sua enunciação abstracta, mas também, e principalmente, através da sua exemplificação concreta. Mais, pode fazê-lo através da sua exemplificação concreta em termos das próprias sociedades humanas em que o economista está inserido. Mais ainda, pode fazê-lo em termos dos próprios problemas com que, com toda a probabilidade, o economista tem de lidar ao longo

* Comunicação apresentada no ciclo de conferências sobre *Grandes temas no ensino da economia* comemorativo do 25º aniversário da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

da sua vida profissional. Por outras palavras, o estudo da história pode chamar a atenção do economista para os três aspectos referidos da dinâmica da vida social através da sua exemplificação concreta no exame do complexo de sociedades actualmente existente e que se articula naquilo que é razoável designar por sociedade mundial contemporânea. E pode fazê-lo através da sua exemplificação concreta no exame dos principais problemas do mundo de hoje.

É claro que, se o pode fazer, deve fazê-lo. Não cabe nos limites desta exposição discutir exaustivamente o modo como o deve fazer. Tentarei, entretanto, exemplificar aqui esta abordagem da história para o economista, apresentando algumas das formas como me parece que isso pode ser feito de modo especificamente útil para a compreensão do que poderá ser a evolução da sociedade mundial no século XXI que se avizinha.



Tempo e demografia

Para exemplificar o aspecto do tempo e da existência de diferentes ritmos de transformação dos diversos elementos da vida social, é possível escolher a questão da evolução demográfica.

A primeira característica da evolução demográfica da sociedade mundial contemporânea ao longo da sua existência passada que se impõe à consideração de quem a estuda é, naturalmente, a rapidez do crescimento da população. Trata-se de uma característica que importa relacionar com a transformação da relação das sociedades humanas com a natureza ao longo da sua história. Enquanto as sociedades humanas mantiveram com a natureza uma relação exclusivamente predatória, o número dos seres humanos não pôde ultrapassar os 10 milhões, valor que pode ser considerado uma estimativa por excesso da população mundial há cerca de 10 mil anos. A gradual adopção de uma relação de cultivo com a natureza permitiu um crescimento da população até perto de 1 milhar de milhões, nível atingido há cerca de dois séculos atrás. A gradual adopção de uma relação de transformação com a natureza permitiu o crescimento da população até aos cerca de 6 milhares de milhões que existem em finais do século XX. Isto corresponde aproximadamente a um crescimento da ordem de 1% cada três séculos na época da relação de predação com a natureza, de 1% cada duas décadas com uma relação de cultivo com a natureza e de 1% cada ano com uma relação de transformação com a natureza.

É claro que nenhum destes ritmos de crescimento, e particularmente o último, pode ser mantido indefinidamente. A população potencial do planeta Terra tem limites óbvios. Por exemplo, ao ritmo dos últimos dois séculos atingir-se-ia em um milénio a densidade de 1 habitante por metro quadrado de terra emersa. Pode, portanto, garantir-se que se verificará no futuro uma travagem do crescimento e uma estagnação, se não mesmo uma redução da população mundial. Em que prazo e com que mecanismos é que não é possível saber.

Porém, também quanto a isso a história pode trazer alguma informação. Nem toda a história demográfica da humanidade foi no passado uma história de crescimento e aceleração. Houve também travagens e recuos. E alguma coisa se sabe dos mecanismos de movimentos fisiológicos e migratórios da população que provocaram tais crescimentos e acelerações, travagens e recuos, e de como esses mecanismos se relacionaram com outros aspectos da vida social. E, a partir desse conhecimento, se bem que imperfeito, algo se pode concluir sobre os mecanismos da futura travagem do crescimento da população mundial.

Limitar-me-ei, sem entrar em pormenores inadequados ao tempo disponível, a sublinhar alguns aspectos destes processos.

Os processos de crescimento demográfico há pouco evocados devem, em rigor, ser decompostos regional e temporalmente. Na verdade, se há algum domínio da vida social em que a sociedade mundial contemporânea global ainda está profundamente dividida em sociedades parciais relevantes é o demográfico. E, se se considerar a humanidade em épocas mais recuadas da sua história, a especificidade e a autonomia da evolução das várias sociedades humanas particulares ainda se torna mais significativa. Assim, o que houve foi não um



crescimento contínuo e em aceleração da população na generalidade das sociedades humanas particulares, mas processos desfasados de crescimento nessas várias sociedades, seguidos de travagens e mesmo eventuais reduções da população.

As sociedades ditas mais desenvolvidas do mundo de hoje ilustram este processo, mesmo quando a humanidade no seu conjunto continua a crescer em número de seres humanos. Considere-se o caso da Europa Ocidental. Processos desfasados de redução da mortalidade, ainda que acompanhado de forte fluxo emigratório, e de redução da natalidade, ainda que acompanhado, e sobretudo seguido, de significativo fluxo imigratório, fizeram com que a população atravessasse ao longo dos séculos XVIII a XX um período de forte crescimento, seguido de um período de estagnação demográfica. Poderá esperar-se no futuro uma reprodução desta evolução em outras regiões do mundo, hoje em época de forte crescimento demográfico?

Os exemplos de alguns países hoje em processo de consolidação do seu arranque, a caminho do que Simon Kuznets denominou crescimento económico moderno, apontam nesse sentido. Não pode, todavia, esquecer-se que não é razoável esperar uma travagem do crescimento demográfico em prazo curto em vastas regiões do mundo, devido à estrutura etária da população e à ausência de causas e motivos de natureza económica e cultural que levem a generalidade dos seres humanos em muitas dessas regiões a procurar reduzir a sua descendência. E não pode também esquecer-se que, caso não se criem a médio prazo condições para que a travagem do crescimento se verifique por decisão controlada das pessoas, é razoável esperar a entrada em acção de mecanismos tradicionais de aumento da mortalidade — fome, doença, guerra. Algumas facetas da evolução recente de algumas regiões da África Subsariana apontam claramente nesse sentido.

Incertezas, sem dúvida. Mas incertezas que o estudo da história é capaz de reduzir.

Espaço e ecologia

Para exemplificar o aspecto do espaço e da existência de diferentes regiões relevantes no funcionamento dos diversos domínios da vida social, é possível escolher a questão das disponibilidades de recursos naturais e da evolução ecológica.

A primeira característica da evolução das disponibilidades de recursos naturais da sociedade mundial contemporânea ao longo da sua existência passada que se impõe à consideração de quem a estuda é, naturalmente, o alargamento desses recursos. Há dois séculos atrás, a sociedade-mundo euro-atlântica que deu origem à sociedade mundial contemporânea nem sequer era mundial. As sociedades humanas da Austrália, da maior parte da África, de grande parte da América, mesmo de grande parte da Ásia e do próprio Islame mediterrânico escapavam ainda no essencial aos laços do que era, fundamentalmente, uma sociedade centrada na Europa, que dominava algumas zonas da América, que começava a absorver a Rússia e a dominar a Índia e que mantinha em alguns locais do resto do mundo entrepostos de contacto primordialmente comercial. O século XIX assistiu à planetização desta sociedade-mundo euro-atlântica, que se transformou numa sociedade mundial pela absorção, mais ou menos forçada, de todas as outras sociedades humanas que no século XVIII ainda eram claramente distintas. O século XX assistiu à absorção para fins económicos do espaço aéreo e do espaço dos satélites artificiais. Apenas esboçada está a exploração dos espaços polares, marinhos abissais e, evidentemente, extraterrestres, particularmente do espaço lunar. Independentemente dos prazos em que a absorção de tais espaços possa vir a fazer-se, parece, ao olhar a questão por esta perspectiva que o alargamento das disponibilidades de recursos naturais é um fenómeno do passado e tenderá a ser um fenómeno do futuro.

Todavia, ao mesmo tempo que este alargamento das disponibilidades de recursos naturais se processava no passado, criaram-se condições que deterioraram a qualidade e reduziram a quantidade de alguns recursos naturais disponíveis. Data da década de 1960 a



consciencialização clara do processo e dos seus riscos. Anunciavam-se então as 'primaveras silenciosas' e o esgotamento de certos recursos naturais. E parecia a alguns de recomendar o crescimento zero. De então para cá, preocupações com a biodiversidade e com fenómenos como o colapso dos tradicionais ciclos de algumas substâncias na natureza generalizaram-se e precisaram-se. Lembre-se o caso do dióxido de carbono e do conseqüente efeito de estufa. Para além disso, o relacionamento destas preocupações com o crescimento demográfico e a desigualdade na distribuição da riqueza e do rendimento não ajudam a promover uma perspectiva optimista sobre a evolução futura. Na verdade, mais seres humanos — e, como notei atrás, não é possível esperar uma travagem generalizada do crescimento demográfico a curto prazo — e seres humanos mais ricos e com maior rendimento — e ninguém pode negar a razoabilidade da reivindicação de um melhor nível de vida pela grande maioria da população mundial — significam necessariamente maior pressão da humanidade no sentido da transformação da natureza. Ora, o meio natural é um sistema cujos mecanismos de auto-regulação têm, como seria de esperar, limites de ruptura. Chegará a humanidade a tocar esses limites?

Uma vez mais não conhecemos a evolução futura, mas a evolução passada informa-nos sobre as possibilidades em aberto. Uma vez mais é impossível ser exaustivo nesta exposição, mas alguns aspectos podem ser sublinhados.

Vale a pena começar pelos limites do crescimento. É óbvio que o crescimento económico tem limites quantitativos, pelas mesmas razões que o crescimento demográfico tem limites quantitativos. Os recursos naturais, os recursos humanos e os recursos que podem ser acumulados para servir como meios de produção são limitados. Por isso, o crescimento económico real terá, mais cedo ou mais tarde, de ser travado.

Assinalaie que os limites de crescimento eram quantitativos. Isto significa que a existência desses limites não implica que a humanidade esteja condenada a ter, mais cedo ou mais tarde, uma economia imutável ao longo do tempo. Implica apenas que o crescimento não pode manter-se indefinidamente sob o ponto de vista quantitativo. Não implica que transformações qualitativas, em princípio conducentes a uma melhor qualidade de vida dos seres humanos, não continuem a ocorrer, mesmo numa situação de estado estacionário quantitativo.

Tudo isto aponta, entretanto, para prazos certamente superiores aos horizontes de vida dos economistas dos nossos dias. Num prazo mais curto, mesmo no imediato, o problema crucial é o da indubitável escassez de recursos naturais e sobretudo da necessidade de os gerir de modo a que processos de deterioração qualitativa não prossigam até pontos de ruptura. E, quanto a este aspecto, entre a partilha organizada de recursos que se sabe serem escassos e a luta generalizada pela apropriação desses recursos há uma larga margem de incerteza que a história não pode cobrir. Pode, entretanto, apontar para um outro factor que pode ser associado ao terceiro aspecto da dinâmica da vida social que enunciei atrás: esse factor é a inovação.

Sociedade e inovação

Na verdade, para exemplificar o aspecto da própria sociedade e da existência de uma complexa interacção entre os diversos elementos da vida social, é possível escolher a questão da evolução dos processos de inovação.

A primeira característica da evolução dos processos de inovação da sociedade mundial contemporânea ao longo da sua existência passada que se impõe à consideração de quem a estuda é, naturalmente, o do enorme fluxo de inovações, que transformaram profundamente o modo de vida da generalidade dos seres humanos, mesmo daqueles que, com alguma razão, se supõe não terem ainda partilhado os benefícios que outros obtiveram dessas inovações. A máquina a vapor, o caminho de ferro, o uso económico da electricidade, o motor de explosão, o foguetão, ou o computador são apenas alguns dos exemplos mais espectaculares de inovações de que os estudos da história da sociedade mundial contemporânea estão cheios. E a pergunta



que naturalmente ocorre é a seguinte: continuará o fluxo de inovações a ser no futuro o motor de transformações igualmente importantes da sociedade mundial contemporânea?

Parece razoável apontar para uma resposta positiva, sobretudo atendendo a uma modificação no processo de produção das próprias inovações que está profundamente associado ao crescimento económico moderno que caracterizou a história da sociedade mundial contemporânea. Na verdade, foi o próprio Simon Kuznets (1966), introdutor da expressão crescimento económico moderno, que definiu a época económica contemporânea como aquela em que se verificou a aplicação sistemática do resultado da investigação científica à actividade económica. Mas os efeitos do crescimento económico moderno foram mais longe. Conduziram à aplicação de uma quantidade de recursos cada vez maior à própria investigação científica. Ora, esse facto, ainda que se verificasse uma, aliás não comprovada, produtividade marginal decrescente muito acentuada do trabalho de investigação, conduz, naturalmente, à acumulação de resultados científicos a um ritmo que, em princípio, garante a persistência do referido fluxo de inovações. Por outras palavras, o que a evolução passada da sociedade mundial contemporânea faz esperar para o futuro é a continuação e talvez mesmo a intensificação do fluxo de inovações.

Atenção, porém. As inovações que implicitamente têm vindo a ser invocadas são inovações tecnológicas. Ora, projectando uma vez mais no futuro aquilo que se verificou no passado, pode sugerir-se que as inovações tecnológicas parecem ser necessárias, mas não suficientes, para sustentar o processo de crescimento económico moderno. Já Joseph Schumpeter (1939), talvez o economista que mais profundamente analisou o impacto das inovações na dinâmica económica e social, sublinhou que a noção de inovação não se restringe às inovações tecnológicas, mas engloba também as inovações organizativas e as inovações geográficas. Sobre estas últimas nada acrescentarei agora ao que já disse antes, ao referir-me à evolução dos espaços e dos recursos naturais. As inovações organizativas merecem, todavia, um exame especial. Os continuadores de Schumpeter têm sublinhado a necessária articulação entre inovações tecnológicas e inovações organizativas. Não pode, por exemplo, deixar de se sublinhar como o aproveitamento de todas as potencialidades das inovações tecnológicas há pouco lembradas exigiu profundas modificações no modo de organização e no modo de funcionamento da economia. É difícil, na verdade, conceber uma economia desenvolvida organizada em unidades artesanais, isto é, em que as unidades produtivas coincidem com unidades de consumo e em que não há distinção entre local de trabalho e local de residência para a generalidade dos seres humanos. O fracasso das tentativas de construir economias socialistas de direcção central chamou com toda a clareza a atenção para a dificuldade de fazer funcionar uma economia desenvolvida com base em mecanismos como a rotina e o mando, secundarizando o mercado. Um exemplo dos nossos dias é a necessária ligação entre a inovação tecnológica computador e a inovação organizativa habitualmente designada 'Internet', para explorar convenientemente as capacidades da primeira — ligação, que aliás, não há que pressupor que tenha atingido já a forma mais eficiente e, por assim dizer, definitiva. Isto mostra que não basta acreditar que a ciência vai continuar a produzir inovações tecnológicas para concluir que essas inovações vão encontrar terreno onde produzir o fundamental dos seus potenciais benefícios. Para isso, terão de se associar a inovações organizativas específicas. E a investigação científica não chega para garantir que tais inovações organizativas serão encontradas e implementadas.

Poder-se-á pensar que estou a tomar a expressão investigação científica num sentido excessivamente restrito. É claro que a investigação nos domínios das ciências matemáticas, físicas e biológicas não ajuda a gerar inovações organizativas. Mas, em contrapartida, a investigação nos domínios das ciências sociais pode ajudar. É verdade. Ajudar, mas não garantir, sublinharia. E talvez uma das lições importantes que o estudo da história pode dar ao estudante de economia e ao economista profissional é a de que as transformações organizativas e, mais ainda, culturais, são tendencialmente mais lentas do que as transformações tecnológicas.

Uma ideia que evoca Karl Marx, mas que não deixa, por isso, de ter validade e de precisar de ser levada em conta na actuação prática.



Conclusão

Em síntese: para o economista a história é um instrumento para reduzir o grau de incerteza necessariamente associado ao futuro, embora, naturalmente, não consiga anular completamente essa incerteza. Procurei mostrar como o estudo da história da sociedade mundial contemporânea pode reduzir a incerteza necessariamente associada à evolução dessa sociedade durante o século XXI, afluando alguns aspectos que me parecem particularmente interessantes, em parte pelo seu potencial contributo para a compreensão das linhas de força da evolução do mundo de hoje, em parte pelo seu potencial contributo para o trabalho didáctico. Neste último, o estímulo à reflexão e à reflexão fundamentada é, com certeza, um dos instrumentos e objectivos basilares. Estou convencido de que o tipo de análise que resumidamente expus é daqueles que mais concita o interesse dos estudantes e, ao mesmo tempo, contribui para a sua preparação profissional específica.

Resta-me pedir a vossa benevolência para a pouca originalidade que porventura têm as ideias que aqui vim apresentar e manifestar a minha convicção de que, em qualquer caso, será, com certeza, positiva para mim a consideração das críticas e da discussão que elas possam suscitar.



Referências Bibliográficas

Kuznets, Simon (1966) *Modern economic growth — rate, structure and spread*, New Haven, Yale University Press.

Schumpeter, Joseph (1939) *Business cycles — a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*, New York — London, McGraw-Hill.